

Turismo e Patrimônio Cultural

Pedro Paulo Funaril e Jaime Pinsky. Editora: Contexto

pela Tur^a Maria Anita Buthod

Reunindo docentes e pesquisadores de diferentes instituições do país, de formações disciplinares diversas, esta coletânea aborda uma variedade de temas, na área de Turismo, como um fenômeno digno de pesquisas e estudos sistemáticos de cunho técnico-científico e epistemológico. Ao mesmo tempo, mostra a necessidade e urgência de estudos e ações específicas que orientem e disciplinem os empreendedores do setor, os órgãos públicos e a sociedade como um todo. Os sete artigos que compõem esta publicação têm como preocupação problematizar o patrimônio natural e cultural da Nação como um importante elemento de formação da cidadania, além de ser insumo indispensável quando se fala em planejamento turístico. Por último, cabe ressaltar as imagens em que o Turismo está involucrado. Se as imagens de turista, de viagem, reinam nas folhas de rosto de cada um dos artigos, elas não governam. E por isso, elas se articulam com as representações mesmas de Turismo. Representações que velam e revelam o real, que o escamoteiam e o envolvem num jogo permanente de reconhecimento e desconhecimento, de fenômeno sócio-espacial.



O que é inovador na construção do artigo "Preservar e consumir: o patrimônio histórico e o turismo", de Marly Rodrigues, é que a forma de pensar a herança cultural brasileira como um lugar de memória da sociedade é bem própria, específica, na formação histórico-social brasileira. As políticas públicas de proteção ao patrimônio histórico-arquitetônico gravitaram em torno da idéia do que seria história e cultura. A opção, tardia, de uma visão de patrimônio como um elemento de memória social, propiciaria a inclusão de bens materiais, antes impossível no conjunto de bens tombados, eleitos, até então, por critérios que consideravam apenas a excepcionalidade material e o valor histórico. Note-se que a valorização turística do patrimônio como mercadoria de consumo cultural foi anterior à aproximação do patrimônio com a memória. Desse modo, o poder público entra em conflito com o ponto de vista da sociedade, que o vê como um fator de qualidade de vida. Tal paradoxo produz efeitos, fazendo com que o patrimônio oscile entre tornar-se um cenário teatralizado ou mal conservado. Como bem sugere a autora, entre os dois pontos de vista antagônicos, caberiam alguns projetos, atribuindo finalidades de suporte de identidades ao patrimônio histórico-

arquitetônico, além de fonte de divisas.

Ao pensar o binômio "Turismo e museus: um potencial a explorar", Denise Maria Cavalcanti Gomes ajusta o foco de suas lentes de observação para as instituições culturais brasileiras, como os museus históricos, de arte, arqueologia e de ciência. Ao constatar que as diferentes modalidades de museus, aqui desenvolvidas ao longo do século passado, constituíram-se, por si só, num pólo de atração, sugere a necessidade de desenvolver um "processo de musealização" para garantir um fluxo significativo de visitantes. Esse processo abrangeria desde a ação direta em seleção, formação e treinamento tanto de técnicos especializados em conservação e restauração quanto de educadores e museólogos, até a identificação dos interesses das comunidades envolvidas nos projetos concebidos pelos setores ligados ao turismo.

Para integrar essa visão temática, tem-se a contribuição de José Luiz de Moura, segundo a qual, em se tratando do uso turístico do patrimônio arqueológico, em especial, de sítios arqueológicos e acervos depositados em centros de memória, haveria de se considerar dois desdobramentos: as expectativas da comunidade que detém o patrimônio no seu território e a imposição das normas legais vigentes que intervêm na interface "A arqueologia e o turismo". Mas, na ausência de políticas públicas no âmbito federal, ou nas instâncias estaduais, municípios deveriam elaborar Planos Diretores de Turismo como peças de planejamento decorrente das políticas públicas locais, definindo regras que pudessem sustentar não apenas as inserções referentes ao patrimônio arqueológico, mas que, antes de tudo, pudessem promover o exercício da cidadania.

Desenvolver estudos sobre festas folclóricas exige, segundo Antônio de Paiva Moura, no artigo "Turismo e festas folclóricas",

argúcia e cuidado científico, devido à riqueza de fatores sociais, antropológicos, históricos e estéticos. Particularmente, o estudo sobre as festas devocionais do calendário católico na cultura brasileira exigiu uma metodologia específica, que amenizasse a complexidade de seus elementos formadores. Toda festa popular brasileira, de longa duração, aponta para uma grande quantidade de interesses espirituais e materiais, constantemente alterada no decorrer de sua existência. E é em face de tais interesses que o autor esboça a caracterização dessas festas que homenageiam os santos. A descrição primorosa das festas obedece o calendário civil, tornando-se referência obrigatória à elaboração de calendários nacionais pelas entidades oficiais ligadas ao turismo.

Ao atuar no binômio preservação do patrimônio cultural/promoção cultural, Francisco Paulo de Melo Neto, em "Evento: de ação, de entretenimento a agente de promoção do patrimônio histórico-cultural", realiza uma reflexão instigante sobre o uso turístico do evento como um componente do mix de marketing. Para se tornar um agente de promoção do patrimônio histórico-cultural, o evento, antes centrado no consumo cultural, deve deslocar o seu eixo para ações educativas, sociais e comunitárias e em projetos culturais, promovendo, assim, o acesso do cidadão aos bens e serviços da cultura. É nesse aspecto que o evento adquire a sua dimensão de evento portador de novas ações transformadoras, de extensões cultural e diversional, mostrando-se como elemento de agregação de valor cultural aos bens de valor histórico e de valor sócio-econômico e político para a comunidade. Inclusive, devem ser geridos em base inovadoras, isto é, projetos, que ao serem corretamente estendidos adquirem contornos mais amplos, tornado-se uma ação transformadora da

cultura e da economia. Dessa forma, o evento institucionaliza-se como um bem cultural, ganha vitalidade econômica própria e torna-se parte do patrimônio cultural da cidade, região ou país. Por outro lado, essa mesma visão que privilegia a cultura, privilegia também a arte. É a visão sócio-educativa e cultural do evento, em que predominam ações de educação, socialização e de formação e do aperfeiçoamento para o exercício da cidadania. Cultura exige circulação, produção e assimilação e isso é possível mediante estímulo à produção de bens culturais e à promoção de eventos.

Dentre os segmentos de turismo que mais crescem em oposição ao turismo sol e praia, destacam-se o turismo rural e o ecoturismo. Dois artigos trazem questões relevantes ao focar o uso de hotéis-fazenda/pousadas e de parques nacionais para fins turísticos.

Em especial, às possibilidades de "Turismo em parques nacionais", seus lugares estão coordenados ao espaço das atividades sócio-econômicas, cujas regras estão normalmente condicionadas ao lucro e não ao preservacionismo. Se, de um lado, as organizações não-governamentais coordenam a apropriação turística, a educação e a preservação ambiental em tais lugares, de outro, as instituições privadas aprimoram a qualidade dos serviços oferecidos por pessoas físicas e jurídicas que se articulam em agências turísticas, buscando novas alternativas e lançando como produto pontos turísticos nacionais que ainda não se aperceberam de suas próprias condições, ou se as perceberam, não sabem trabalhá-las. Para Álvaro de Oliveira D'Antona, é preciso alertar-se para a questão da falta de políticas de uso tão nacionais quanto os parques, além da regulamentação do espaço e do uso de recursos naturais. As políticas de uso de

parques do Brasil viabilizariam o cumprimento das finalidades de preservação e de aproveitamento turístico, sendo este último, implantado de forma sustentável e com a integração das comunidades locais.

Percebe-se uma forte tendência de associar o turismo rural com o ecoturismo e o turismo de aventura, gastronômico, cultural e histórico. Mas, essa pluralidade de opções pode também denunciar certo despreparo técnico-científico, metodológico e mesmo comercial por parte de empresários do setor. O que se questiona, em "Turismo, meio ambiente e espaço rural", no artigo de Antônio Márcio Ferreira de Moura, é que a atividade turística necessita de um planejamento amplo, geral e nacional e, ao mesmo tempo, setorial e interconectado, com sólidas bases técnico-científicas e menos dependentes das leis de mercado globalizadas. Para tanto, a participação das entidades oficiais do setor de turismo, no que diz respeito ao desenvolvimento e a criação de recursos financeiros específicos e a investimentos de infra-estrutura de apoio básico, em uma ativa interação de desenvolvimento social, deve ser real. Neste sentido, é que proprietários de hotéis-fazenda e pousadas rurais uniram-se em associações nos diversos estados da federação, com o propósito de incrementar a atividade com a participação de órgãos oficiais e empresas privadas que operam com o turismo. Ao dar apoio técnico-financeiro às associações municipais que preservam e resgatam a identidade cultural de cada região, entidades oficiais e privadas gerenciadoras e de incremento ao turismo desenvolveram, conjuntamente, circuitos geoturísticos específicos: "a geografia do turismo rural".

Olhando em retrospectiva o percurso dos estudos de interface com o turismo, os artigos que compõem esse livro têm em comum um olhar inovador sobre temáticas turísticas. Desvendando os mecanismos mais

sutis e complexos que (re)organizam a atividade turística , a presente coletânea oferece um caminho rico e promissor para o entendimento mais aprofundado do fenômeno.